



Região continua a desviar dinheiro para apoiar ensino privado lucrativo

O Bloco de Esquerda lamenta que o Governo Regional tenha optado por continuar a desviar dinheiros públicos para sustentar estabelecimentos de ensino privados com fins lucrativos, promovendo assim a segregação social, em vez de promover a igualdade de oportunidades. O parlamento rejeitou em Julho uma proposta do BE que pretendia pôr fim às rendas pagas a estes estabelecimentos de ensino.

Curiosamente, o próprio PS rejeitou uma proposta do Governo Regional que ia no mesmo sentido e que o secretário regional da Educação defendeu em reuniões de Comissão no parlamento. Esta posição dos deputados do PS levou o secretário regional a recuar nesta intenção, deixando tudo como estava. "Como é difícil ser de esquerda num Partido Socialista com esta sensibilidade dominante", lamentou a deputada do BE dirigindo-se ao responsável regional pela Educação.

BE acusa Governo Regional de abuso de poder

A deputada do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa dos Açores acusa o Governo Regional de abuso de poder, denunciando situações "cometidas por altos quadros da hierarquia pública que se consideram acima da lei e que estão convencidos da sua impunidade, que é alimentada por uma maioria política, que crescentemente confunde legitimidade eleitoral com poder absoluto".

Em causa estão situações em que o Governo Regional recorreu a métodos ilegítimos e ilegais para obter informações sobre a vida privada de cidadãos açorianos no âmbito de processos disciplinares – cuja justiça e pertinência o BE não questiona.

"O Governo Regional não respeitou a privacidade quando obteve informações através da SATA acerca de viagens de uma cidadã, nem quando um inspector entra num consultório privado de uma médica e a obriga a dar acesso à ficha clínica de uma cidadã", disse Zuraida Soares.

"A averiguação da vida privada de uma cidadã à revelia da garantia de todos os seus direitos constitucionais, ao arripio do poder judicial, utilizando instrumentos de correia de transmissão assentes no cartão do partido e na troca de favores, é apanágio das ditaduras, que todos nós criticamos", disse.

**Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda / Açores**

Telefone: 296 204 250

E-mail: blocoacores@gmail.com

Site: acores.bloco.org



Bloco de Esquerda no Parlamento

Julho 2013



BE defende aumento do salário mínimo



Aumento do salário mínimo e pensões mais baixas nos Açores travado pelo PS

A recusa do PS em aprovar a proposta do Bloco de Esquerda para o aumento do salário mínimo regional em 10 euros por mês e aumento das pensões mais baixas em 15 euros por mês revela que o partido que suporta o Governo Regional está do lado da Troika e do lado dos interesses instalados. O PS foi o único partido a votar contra.

Esta posição da maioria socialista revela também uma enorme incoerência, já que, no seguimento desta proposta do BE, o PS apresentou uma proposta para o aumento do salário mínimo a nível nacional, que não passa de uma forma de luta política contra o PSD e o CDS. “Uma postura de ‘faz o que eu digo, não faças o

que eu faço’, que não se preocupa minimamente com a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Açores”, lamenta a deputada do BE.

Zuraida Soares lembra que os salários nos Açores são, em média, 90 euros mais baixos do que no continente, e que as empresas açorianas recebem mais apoios públicos do que as do continente, e considera que um aumento de 10 euros é insignificante para as empresas, mas que faz toda a diferença para a vida das pessoas, e igualmente para a dinamização da economia regional: “É a falta de poder de compra das famílias que está a matar o mercado interno, levando empresas à falência, e ao conseqüente aumento de emprego”.

Eliminação de multas do Estatuto do Aluno defendida pelo BE foi finalmente concretizada

O Bloco de Esquerda congratula-se pela eliminação da aplicação de multas aos pais e encarregados de educação que não cumpram o seu dever de acompanhamento da educação dos filhos, uma medida que só prejudicava os próprios alunos que, além de, em muitos casos, pertencerem a famílias desestruturadas, ainda ficavam sem apoios sociais – como alimentação e transporte –, o que só piorava o seu aproveitamento escolar.

Recorde-se que, apesar de ter sido aprovada uma proposta do Governo que estabelece a abolição destas multas e sanções, foi o BE que deu início a este processo, apresentando em Fevereiro deste ano, uma proposta de alteração ao Estatuto do Aluno. Este facto foi, aliás, reconhecido hoje pelo próprio secretário regional da Educação: “O Bloco de Esquerda antecipou-se nesta matéria”, disse Fagundes Duarte durante o debate, reconhecendo “o valor da participação do BE”.

